

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.958 - RJ (2018/0238852-6)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR E OUTRO(S) - RJ062929
RAFAEL SOUTO MONTEAGUDO - RJ142497
MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO - RJ104575
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E
BIOCOMBUSTÍVEIS
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PETROBRÁS X ANP. MULTA. AUTUAÇÃO. SEGURANÇA EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO. RECURSO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA. RESP DA PETROBRÁS: LEGITIMIDADE DA ANP. SUMULA N. 284/STF. COMPETÊNCIA DE AUDITOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INEXISTENTES. SUPERAÇÃO DAS SÚMULAS: DEBATE SOBRE RESOLUÇÃO DA ANP. ATO NORMATIVO. RECURSO DA ANP: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ.

I - Na origem trata-se de ação ajuizada pela Petrobrás com objetivo de discutir a legalidade de multas que lhe foram impostas pela ANP em processos administrativos, em decorrência de vistorias realizadas em plataformas de exploração de gás e petróleo, amparadas no art. 3º, IX, da Lei n. 9.847/99: "construir ou operar instalações e equipamentos necessários ao exercício das atividades abrangidas por esta Lei em desacordo com a legislação aplicável". O respectivo recurso administrativo apresentado pela ora recorrente, foi negado.

Recurso da Petrobrás.

II - Os dispositivos de lei federal apontados pela recorrente como afrontados pelo *decisum*, no tocante à suposta incompetência da ANP para a imposição das multas, nada dispõem a respeito, não amparando a pretensão deduzida. Incidência da Súmula n. 284/STF.

III - O artigo do Estatuto da OAB não foi mencionado pelo acórdão recorrido, nem foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula n. 282/STF.

IV - Eventual superação dos citados óbices sumulares também levaria à análise do recurso, na medida em que o debate da controvérsia demandaria incursão em ato normativo da ANP,

que não equivale à lei federal para fins de recurso especial.

Recurso da ANP.

V - A pretensão de majoração da verba honorária, na hipótese, incide no Óbice Sumular n. 7/STJ, principalmente porque a decisão judicial não delineou as circunstâncias das alíneas dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/73. Precedente: AgInt no AREsp n. 1.232.750/PE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/8/2018, DJe 27/8/2018.

VI - Recursos especiais não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer dos recursos especiais, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator